



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR RODRIGO MELO DO
NASCIMENTO

Processo TCE-RJ nº: 210.908-0/2020

Ofício PRS/SSE/CGC n.º 5395/2020

Assunto: Prestação de Contas de Governo do exercício de 2019.

JOAQUIM AUGUSTO CARVALHO DE PAULA, atual Prefeito do Município de Cantagalo, já qualificado no processo em epígrafe, vem tempestivamente, com fulcro no artigo 45, § 1º do Regimento Interno, perante V.Exa., apresentar **MANIFESTAÇÃO** em face da decisão prolatada em 22/09/2020, nos termos a seguir:

Trata o presente processo da Prestação de Contas de Governo do Município de Cantagalo, relativa ao exercício de 2019, sob a responsabilidade do Prefeito, Sr. Joaquim Augusto Carvalho de Paula, encaminhada a esse Tribunal para emissão de Parecer Prévio, conforme previsto no art. 125, incisos I e II, da Constituição Estadual.

Após análise, a Secretaria Geral de Controle Externo (SGE), em sua instrução, por meio da 3ª Coordenadoria de Auditoria de Contas, e o Ministério Público de Contas, em seu parecer, manifestam-se pela emissão de Parecer Prévio Contrário à aprovação das Contas de Governo do Município de Cantagalo, relativas ao exercício de 2019, em face das Irregularidades a seguir reproduzidas:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

“IRREGULARIDADE Nº 1 do Corpo Instrutivo e do Ministério Público de Contas:

Verifica-se que a E. Corte de Contas, em análise à Prestação de Contas de Governo do Município de Cantagalo, Exercício 2019, apontou a seguinte Irregularidade:

“Foi constatado o pagamento de despesas com pessoal à conta de recursos das parcelas de *royalties* da produção, não excetuadas pelas Leis nºs 10.195/01 e 12.858/13, resultando em despesas vedadas pelo art. 8º da Lei nº 7.990/89.”

De acordo com a Lei nº 7.990/89:

Art. 8º (...)

§ 1º As **vedações** constantes do caput **não se aplicam:**

I - ao pagamento de dívidas para com a União e suas entidades;

II - ao custeio de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, especialmente na educação básica pública em tempo integral, inclusive as relativas a pagamento de salários e outras verbas de natureza remuneratória a profissionais do magistério em efetivo exercício na rede pública.

§ 2º **Os recursos originários das compensações financeiras a que se refere este artigo poderão ser utilizados também para capitalização de fundos de previdência.**

Dessa forma, encontram-se entre as exceções da norma federal a possibilidade de destinação de recursos de royalties para



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

capitalização de fundos de previdência. E foi exatamente essa a situação ocorrida no caso em comento. As despesas apontadas pelo Relatório foram efetuadas pelo Instituto de Pensão e Aposentadoria Municipal para pagamento de inativos e pensionistas, pertencentes ao Plano Financeiro, uma vez que **através da Lei Municipal nº 1.169/2013 e Decreto Municipal 2.738/2013 (doc. anexos) o Poder Executivo incorporou ao patrimônio do IPAM receitas relativas às participações e compensações financeiras no resultado da exploração de petróleo**, em conformidade com o art. 249 da CRFB/88.

Art. 249. Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento de proventos de aposentadoria e pensões concedidas aos respectivos servidores e seus dependentes, em adição aos recursos dos respectivos tesouros, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão constituir fundos integrados pelos recursos provenientes de contribuições e por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei que disporá sobre a natureza e administração desses fundos.

Depreende-se que as legislações supracitadas disciplinam e auxiliam a Autarquia Previdenciária Municipal a realizar processo de capitalização para fazer frente aos seus compromissos legais e institucionais, inexistindo ofensa e irregularidade na utilização dos recursos apontados.

Oportuno ressaltar que o Ministério Público de Contas do Estado do Rio de Janeiro, em Parecer exarado no Processo TCE/RJ nº 206.503-1/2019, manifestou-se em idêntico sentido, afirmando não haver contrariedade ao disposto na Lei Federal nº 7.990/89 e suas alterações.

No mesmo sentido o plenário do TCE/RJ vinha entendendo que as informações constantes dos autos do processo supramencionado revelam não haver indícios de aplicações de recursos de royalties em pagamento de pessoal e de dívidas não excetuadas pela Lei Federal n.º



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

7.990/89, com as alterações introduzidas pelas Leis Federais n.º 10.195/01 e n.º 12.858/13, contudo, em sessão de 24/07/2019, ao apreciar o Processo TCE-RJ n.º 204.885-3/19, relativo à consulta sobre a possibilidade de pagamento de precatórios judiciais com recursos de royalties, formulada pela Prefeitura Municipal de Natividade, o Plenário do TCE, revendo entendimento anterior sobre as vedações de despesas realizadas com recursos de royalties, impostas pelo art. 8º da Lei n.º 7.990/89, firmou jurisprudência no sentido de que a proibição recai sobre todos os recursos das compensações financeiras devidas pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural.

Contudo, em virtude da mudança da metodologia até então adotada por esta Corte de Contas, a Ilustríssima Conselheira-Relatora Dra. MARIANNA M. WILLEMANN seguindo o posicionamento manifestado pelo Plenário em sessão de 25/09/2019, nos autos do Processo TCE-RJ n.º 207.740-8/19 (contas de governo da Prefeitura Municipal de Paraty, referentes ao exercício de 2018), fez constar no seu voto um alerta ao Chefe do Executivo Municipal Cantagalense acerca da adoção da nova metodologia, que passará a ser observada nas prestações de contas de governo referentes ao exercício de 2021, a serem encaminhadas a este Tribunal no exercício de 2022, conforme transcrição a seguir:

“ III – pela COMUNICAÇÃO ao Senhor Joaquim Augusto Carvalho de Paula, atual Prefeito Municipal de Cantagalo, para que seja alertado:

(...)

(xii) quanto ao fato de que, consoante deliberado nos autos do processo TCE-RJ n.º 207.740-8/19, a partir das contas de governo do exercício de 2021, a serem encaminhadas ao TCE em 2022, a vedação imposta pelo art. 8º da Lei n.º 7.990/89 – que proíbe a aplicação de recursos de royalties em pagamento de dívida e no quadro permanente de pessoal, excetuado o pagamento de dívidas para com a União e suas entidades, bem como



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

excepcionado o custeio de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, inclusive as relativas a pagamento de salários e outras verbas de natureza remuneratória a profissionais do magistério em efetivo exercício na rede pública – abarca todos os recursos das compensações financeiras devidas pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural.”

Diante dessa comunicação o município vem adotando todas as medidas cabíveis para se adequar às recomendações inseridas por essa Corte de Contas Estadual que serão objeto de análise nas contas do exercício de 2021.

“IRREGULARIDADE Nº 2 inserida por este Relator:

- O Poder Executivo não aplicou a parcela das receitas provenientes dos royalties e participações especiais relativas a contratos celebrados a partir de 03/12/2012, sob os regimes de concessão, de cessão onerosa e de partilha de produção, quando a lavra ocorrer na plataforma continental, no mar territorial ou na zona econômica exclusiva, nos percentuais previstos no art. 2º, § 3º, da Lei nº 12.858/13, no montante de 75% na área de educação e 25% na área de saúde.”

A mencionada irregularidade deriva da seguinte análise do Corpo Instrutivo e Ministério Público:

2.5.1 Aplicação dos recursos de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural da camada do pré-sal, relativamente aos contratos celebrados a partir de 03.12.2012 - Lei Federal nº 12.858/13.

A Lei nº 12.858/2013 dispõe, dentre outros aspectos, sobre a destinação obrigatória imposta aos Estados, Distrito Federal e Municípios dos recursos provenientes dos royalties e da participação especial relativos a contratos celebrados a partir de 03.12.2012, sob o regime de concessão, de cessão onerosa e de partilha de produção, quando a lavra ocorrer na plataforma continental, no mar territorial ou na zona econômica exclusiva, para as áreas da educação e da saúde.

De acordo com o previsto no § 3º do artigo 2º da citada Lei, os referidos recursos deverão ser aplicados na proporção de 75% (setenta e

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

cinco por cento) para a área da educação e de 25% (vinte e cinco por cento) para a área da saúde.

Relativamente aos aludidos recursos, o relatório técnico (tópicos 6.3.1.1 e 6.3.2.2) demonstra **que o município recebeu, no exercício de 2019, o valor de R\$318.925,56 e que a aplicação não obedeceu a proporção definida na Lei Federal n.º 12.858/2013 para as áreas da saúde e educação, conforme tabela elabora pela unidade instrutiva:**

Aplicação de Recursos dos <i>Royalties</i> Pré-Sal	
Descrição	Valor
Recursos Recebidos dos <i>Royalties</i> Previstos na Lei Federal n.º 12.858/2013	318.925,56
Aplicação Mínima na Saúde – 25%	79.731,39
Aplicação de Recursos na Saúde	36.338,55
% aplicado em Saúde	11,39%
Saldo a aplicar	43.392,84
Aplicação Mínima na Educação – 75%	239.194,17
Aplicação de Recursos na Educação	224.505,12
% aplicado em Educação	70,39%
Saldo a aplicar	14.689,05

O fato foi tido como Improriedade (nº 8) no relatório técnico, conclusão com a qual concorda o Parquet de Contas.

O relatório ainda indica que o município **criou o código de fonte de recurso específico para a classificação das receitas de royalties** (de que trata a Lei Federal nº 12.858/13).

Cumprir destacar que, no exame das contas deste município referente ao exercício de 2018 (TCE-RJ nº 206.503-1/97), foi constatado o recebimento de **R\$154.293,13** provenientes da arrecadação das receitas de royalties e da participação especial previstas na Lei Federal nº 12.858/13 e que não fora possível verificar a respectiva aplicação dessas receitas, em razão da ausência de criação de fonte de recursos específica para essas novas receitas arrecadadas.

Àquela altura, houve determinação desta Corte para que a Administração Municipal, além de criar o referido código, aplicasse em 2019 o montante devido e não aplicado em 2018.

Considerando que não há qualquer evidência, na instrução técnica, do cumprimento da determinação supra, infere esse Parquet de Contas que permanece a obrigatoriedade da administração municipal aplicar os referidos recursos recebidos em 2018, razão pela qual o Parquet de Contas inclui o fato na Improriedade nº 8 deste parecer, com respectiva Determinação ao gestor para que os valores não aplicados dos recursos recebidos em 2018 sejam



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

utilizados na finalidade e proporcionalidade definidas na Lei Federal n.º 12.858/13.”

Como é sabido, os royalties são fontes originárias de renda, por mais que transferidas pela UNIÃO e pelo o ESTADO, pois representa uma forma de indenizar os entes federativos pela exploração dos recursos naturais de sua região, na forma do art. 20, parágrafo primeiro da Constituição Federal.

Por isso, naquilo que se refere às transferências ocorridas pela UNIÃO, cabe à ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis elaborar e divulgar o mapa de distribuição dos royalties, demonstrando as transferências que deverão ocorrer conforme a compensação financeira devida.

O referido mapa, demonstrando os valores que seriam transferidos, não ocorriam de forma segregada, de modo a permitir a distinção entre os valores depositados para cada temporalidade e cada modalidade compensatória, conforme o art. 2º da Lei 12.858/2013 - o que somente passou a ocorrer em meado de 2019, quando então a ANP passou a incluir nas planilhas de distribuição a aba “saúde e educação.

Em razão desta nova sistemática, esclarecemos que o Município de Cantagalo tomou ciência do Parecer das Contas de 2018 em 04/10/2019 e desde já iniciou a implementação das ações relacionadas à segregação dos novos valores de receita dos Royalties, a que se referem a Lei 12.858/20. Ressalta-se que antes mesmo do recebimento oficial em 29/10/2019, conforme Ofício PRS/SSE/CSO n.º 32391, as medidas de cunho administrativo já estavam sendo tomadas para que em seguida fosse possível a aplicação do recurso.

Como a primeira e obrigatória providência para cumprimento da Lei n.º 12.858/15, foram enviadas Mensagem n.º 043/2019 e 052/2019 à Câmara Municipal de Cantagalo para aprovação de Projeto de Lei para autorização de Crédito Adicional especial nos valores de R\$ 179.201,61 e R\$ 154.293,12 respectivamente, destinadas para o Fundo Municipal de Saúde e para a Secretaria Municipal de Educação, em cumprimento à citada Lei. Tais projetos deram origem às Leis 1.519 de 28/11/2019 e 1.529 de 16/12/2019 e

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

aos Decretos n.º 3.442 e 3.449 de 28/11/19 e 16/12/2019, publicados em 06/12/19 4 e 20/12/2019.

Foram abertas as respectivas contas bancárias para movimentação do recurso.

Ressalta-se que muito embora a destinação do recurso estivesse definida, os códigos fonte criados, o recurso repassado às contas bancárias das pastas correspondentes, restou ao Município curto prazo de tempo para aplicação do recurso em 2019, visto a redução das atividades relacionadas ao empenhamento das despesas no dia 02/12/2019, conforme Decreto n.º 3437 de 11/11/2019, considerando ainda que para cada despesa seria necessário deflagrar o respectivo processo administrativo de contratação.

Na oportunidade, destacamos a análise feita por parte do Corpo Técnico dessa Douta Casa de Contas, nos moldes do quadro abaixo, no qual, faremos comentários que entendemos serem relevantes e necessários, a fim de elucidar questões adversas, ao nosso entendimento, quanto aos cálculos apresentados.

Conforme análise do Tribunal, temos:

Recursos Recebidos dos Royalties Previstos na Lei Federal n.º 12.858/2013	318.925,56
Aplicação Mínima na Saúde – 25%	36.338,55
% aplicado em Saúde	11,39
Saldo a aplicar	43.392,84
Aplicação Mínima na Educação – 75%	239.194,17
Aplicação de Recursos na Educação	224.505,12
% aplicado em Educação	70,39
Saldo a Aplicar	14.689,05

Quanto a análise demonstrada no quadro elaborado pelo Emérito Corpo Técnico dessa Corte de Contas, temos respeitosamente, um outro entendimento quanto aos dados apresentados.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

Primeiro ponto em destaque, a receita BRUTA recebida dos Royalties previstos na Lei nº 12.858/2013 foi de 318.925,56, porém foi descontado 1% de PASEP, o que representa o valor de R\$ 3.189,26.

O PIS/PASEP é um tributo e possui natureza jurídica de CONTRIBUIÇÃO SOCIAL para financiamento da SEGURIDADE-SOCIAL, e na forma do art. nº 239 da Constituição Federal, destina-se a financiar o programa do seguro desemprego e o abono salarial, não podendo ser considerado como gasto com Saúde, tão pouco em Educação, fato este, que entendemos que o valor de 1% deduzido a título do PASEP, deva ser abatido do valor recebido dos Royalties pertinentes a Lei nº 12.858/2013, para fins de aplicação dos valores em conformidade com a citada Lei.

O segundo ponto em evidência, foi o recebimento da receita oriunda da Lei 12.858/2013, creditada em 24/12/2020, na importância de R\$ 19.585,39, mesmo considerando todos os esforços para implementação das normas realizadas pelo Município ficou claro que, de 24/12/2019 a 30/12/2019 não haveria tempo hábil para a realização da execução da despesa. Neste sentido, entendemos que esta receita deva ser desconsiderada do valor recebido em 2019, passando a ser aplicado para o exercício subsequente.

Outro destaque é que o valor apontado pela equipe Técnica como despesa aplicada na saúde e na educação, foi o valor equivalente a DESPESA LIQUIDADA, todavia, pelo entendimento do Art. 35, inciso II da Lei 4.320/64, as despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, são consideradas LIQUIDAS no encerramento do exercício.

Neste sentido, a despesa aplicada na saúde passaria de R\$ 36.338,55 (Liquidada) + 19.738,00 (RP Não Processado) para R\$ 56.076,55. Já a despesa aplicada na Educação permaneceria no mesmo valor, pois não houve Restos a pagar não processados Inscritos na FR 0280.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

Por esta ótica, teríamos um cenário em que a base de cálculo da receita passaria de R\$ 318.925,56 para R\$ 296.150,91, resultando no percentual de 75,81% de aplicação dos recursos da educação, a saber:

Recursos Recebidos dos Royalties Previstos na Lei Federal n.º 12.858/2013	318.925,56
Recursos recebidos em 24/12/2020 (-)	19.585,39
1% do Pasep (318.925,56) (-)	3.189,26
Base de cálculo	296.150,91
Aplicação Mínima na Saúde – 25%	74.037,73
aplicação da Saúde	56.076,55
% aplicado na Saúde	18,94
saldo a aplicar	17.961,18
Aplicação Mínima na Educação – 75%	222.113,18
Aplicação de Recursos na Educação	224.505,12
% aplicado em Educação	75,81
Saldo a aplicar	-

Com relação aos recursos da saúde, aplicação mínima de 25%, cujo valor equivale a R\$ 74.037,73, foi aplicado o valor de 56.076,55 (valor liquidado + inscrição de restos a pagar não processado 2019 – FR 0285), representando um percentual aplicado de 18,94%, restando um saldo a aplicar de 17.961,18.

Quanto a este ponto, informamos que foram anulados os empenhos 912, 913, 914 e 938 importando o valor de R\$ 20.187,98, sendo indevidamente anulados, os empenhos 912, 913 e 914, todos da FR 0285 do Fornecedor Auto Posto Mira Ouro Ltda, empenhos estimativos. O empenho 912, do fornecedor Transjal Locação de Veículos LTDA, no valor de R\$ 8.062,00, foi anulado de forma correta, uma vez que o serviço não foi realizado, mas este saldo orçamentário e financeiro existente, era para ser empenhado o Fornecedor Auto Posto Mira Ouro Ltda, anulando o mesmo valor dos empenhos 729 – FR 0000 e 780 - FR 0004.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

Esta falha administrativa não pode macular a intenção da administração municipal em alcançar os maiores índices possíveis nos gastos com saúde, ficando demonstrado o propósito do Município em empregar maior parte do valor, contudo além de não ter havido tempo hábil, ocorreram falhas pontuais de nosso Setor que influenciaram no cômputo.

Podemos verificar através do Anexo 2 do RREO do 6º Bimestre de 2019, que o Município destinou de despesa empenhada contemplando todas as Fontes de recursos o valor de R\$ 26.065.778,80 na Função 10.

Para reforçar estes números aplicados diretamente na Saúde, o índice constitucional de despesas próprias com ações e serviços de saúde importou em R\$ 16.660.891,60, representado um índice de 29,40%, de acordo com o anexo 12 do RREO do 6º bimestre de 2019, sendo que o percentual mínimo a aplicar no exercício é de 15%, representando um valor aplicado a mais de R\$ 8.500.454,90 em recursos ordinários.

Ainda é necessário observar que as receitas previstas nos incisos I e II do art. 2º da Lei 12.858/2013 apresentam caráter complementar à aplicação dos mínimos previstos na Constituição Federal.

Deve ser considerado que as despesas com saúde e educação no Município de Cantagalo superaram o mínimo constitucional no planejamento dos gastos públicos e que de forma alguma ocorreu culpa ou desídia do administrador, e sim uma falha administrativa sanável, uma vez que estes recursos não utilizados estão creditados em contas bancárias específicas, podendo ser aplicados no atual exercício, conforme os recursos do exercício de 2018 que deveriam ser aplicados em 2018, mas que foram apenas disponibilizados ao município em meados de 2019.

Convém assinalar que a Lei 12.858/2013 não traz expressa menção quanto à temporalidade para utilização das receitas na forma do art. 2º, § 3º, portanto, sua aplicação deva dar-se no mesmo exercício de ingresso da receita, como acontece com o FUNDEB. Este fato criou embaraço na interpretação do Município e acreditamos que na de outros Municípios



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

também, gerando dúvida interpretação, sobre a qual, ponderamos ao Relator que considere ser uma impropriedade.

Assim, entendemos que não ocorreu ilegalidade, visto que o valor remanescente permaneceu aplicado em conta específica para destinação nos termos da lei o que será demonstrado na prestação de contas em 2021.

Outro ponto relevante é a comparação dos valores dos recursos recebidos dos Royalties previstos na Lei 12.858/2013 R\$ 318.925,56, com os gastos realizados acima do limite do mínimo constitucional.

Conforme o art. 2º, § 3º da Lei 12.858/2013, a aplicação mínima na saúde deveria ser composta de 25% que representa o valor de R\$ 79.731,39 em comparação com os gastos realizados na área da saúde em confronto com os dados levantados pela Equipe Técnica dessa Corte Estadual de Contas, alcançamos a porcentagem de 0,34%, de igual, a aplicação mínima na educação deveria ser composta de 75% o que importa o montante de R\$ 224.505,12, em comparação com os gastos realizados na área da educação representaria a porcentagem de 0,08%.

Verifica-se, portanto, a imaterialidade do valor que se apresenta, conforme demonstrado no quadro a seguir:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

Comparação Despesa Mínimo Constitucional e Receita Royalties - Pré-Sal (Lei 12.858/2013)							
	Apuração Corpo Técnico TCE- RJ (A)	Apuração Corpo Técnico Prefeitura (B)		Despesa total com Educação/Saúde Mínimo Constitucional aplicado no Exercício	Percentual	Percentual não aplicado - Saldo a Aplicar x Despesa Aplicada Saúde/Educação	
Recursos Recebidos dos Royalties Previstos na Lei Federal n.º 12.858/2013	318.925,56	296.150,91		Valores Aplicados Educação / Saúde		Dados TCE-RJ (A)	Dados Prefeitura (B)
Aplicação Mínima na Saúde – 25%	79.731,39	74.037,73		34.070.766,80	59,00%	0,34%	0,10%
Aplicação de Recursos na Saúde	36.338,55	56.076,55		16.660.891,60	29,41%	0,26%	0,11%
Saldo a aplicar	43.392,84	17.961,18					
Aplicação Mínima na Educação – 75%	239.194,17	222.113,18					
Aplicação de Recursos na Educação	224.505,12	224.505,12		17.409.875,20	29,59%	0,08%	-0,01%
Saldo a aplicar	14.689,05	-2.391,94					

Importante trazer o entendimento do *Parquet* de Contas no que diz respeito à Lei nº 12.858/2013, que nos casos em que houver a não aplicação dos recursos na forma preconizada pela Lei, o fato será tratado como impropriedade nos pareceres emitidos por este *Parquet* nas contas de governo municipais, até o julgamento definitivo da ação direta de inconstitucionalidade ADI 6277, ao qual o Governo do Estado do Rio de Janeiro está questionando no STF a constitucionalidade da Lei Federal nº 12.858/2013, que impõe aos estados, Distrito Federal e municípios a obrigatoriedade de destinarem recursos dos royalties de petróleo e gás natural do pré-sal às áreas de educação básica (75%) e saúde (25%).

Mediante este entendimento situações semelhantes já foram objeto de apreciação desta Colenda Corte de Contas referente ao exercício de 2019 nos processos do TCE-RJ n.º 210.811-1/20 (Cardoso Moreira) e 210.751-5/20 (Macuco), tendo obtido, do Plenário desta Corte, Parecer Prévio Favorável.

No caso de Cardoso Moreira fora identificado que o município, quando da aplicação dos royalties, inverteu os percentuais que deveriam ser destinados à educação e à saúde. Conforme descreveu o Corpo Instrutivo:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

“Como demonstrado, o Poder Executivo aplicou 75,00% dos recursos dos royalties previstos na Lei Federal n.º 12.858/2013 na saúde e 25,00% na educação, não atendendo o disposto no § 3º, artigo 2º da mencionada legislação.

No entanto, considerando que a aplicação dos recursos ficou restrita às destinações prevista na legislação, ficando o saldo remanescente a ser aplicado no exercício seguinte, tal fato será objeto da Improriedade e Determinação n.º 3.

Destaca-se que o município não criou o código de fonte de recurso específica para classificação dos recursos de royalties de que trata a Lei Federal nº 12.858/13.

Este fato será objeto da Improriedade e Determinação n.º 4.

Examinando a questão, o Parquet de Contas também entendeu como improriedade a não aplicação dos recursos de royalties na forma preconizada pela Lei Federal nº 12.858/13. Confirma-se a seguinte manifestação, às fls.1300/1301 dos autos:

Cumpre destacar que, no exame das contas deste município referente ao exercício de 2018 (TCE-RJ nº 207.814-5/19), foi constatado o recebimento de R\$ 135.777,96 provenientes da arrecadação das receitas de royalties e da participação especial previstos na Lei Federal nº 12.858/13; da mesma forma como ocorreu no exercício em análise, entretanto, também não fora possível verificar a respectiva aplicação dessas receitas, justamente em razão da ausência de criação de fonte de recursos específica para essas novas receitas arrecadadas. Àquela altura, houve determinação desta Corte para que a Administração Municipal, além de criar a referida fonte de recursos, aplicasse em 2019 o montante devido e não aplicado em 2018.

É fato que a não criação de fonte de recurso específica para a classificação das receitas arrecadadas oriundas de royalties (de que trata a Lei Federal nº 12.858/13) inviabiliza a



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

aferição exata da sua aplicação, o que nos leva a concluir que os elementos contidos nesta prestação de contas não são capazes de infirmar o atendimento pela municipalidade das finalidades colimadas na lei.

(...)

Assim, nos casos em que houver a não aplicação dos recursos na forma preconizada pela Lei Federal nº 12.858/13, o fato será tratado como impropriedade nos pareceres emitidos por este Parquet nas contas de governo municipais, até o julgamento definitivo da ação direta de inconstitucionalidade (ADI 627710).)

Diante disso entendemos que sanamos a irregularidade, pois tal entendimento encontra amparo em decisões similares deste Tribunal de Contas Estadual, julgadas como impropriedade e determinação.

Decerto que os Tribunais de Contas Estaduais em todo o Brasil, acompanhado por esta Egrégia Corte de Contas compartilham o entendimento de que, quando se deparam com idêntica situação, a posição pacificada se dá no sentido de ausência de ato irregular, aplicando com bastante propriedade os princípios da razoabilidade e proporcionalidade nas decisões.

O princípio da razoabilidade é uma diretriz do bom senso, aplicada ao Direito. Sua existência é fundamental para o controle da discricionariedade concedido em favor dos agentes administrativos. Por diversas vezes, o legislador não define a melhor solução para o interesse público, mas outorga aos agentes a competência para fazê-lo, em vista das peculiaridades dos casos concretos que lhes são apresentados.

A existência de pontos de vista antagônicos sobre temas juridicamente relevantes é característica indispensável e essencial da ciência do direito. Os embates doutrinários, que visam buscar a melhor solução para os problemas percebidos na sociedade, devem ser amplamente incentivados, a fim de dotar os julgadores de subsídios argumentativos para decidirem



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

conforme os preceitos estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

Por outro lado, é indispensável à consecução dos princípios da isonomia e da segurança jurídica a estabilidade e previsibilidade das decisões tomadas pelos Tribunais de Contas, sem mencionar a impessoalidade nas decisões, realizando-se assim os mais puros reflexos da justiça.

A Constituição da República vigente, ao conceder a tais baluartes o status de direitos fundamentais, explicitou a intenção de desenvolver mecanismos para que situações análogas, quando apreciadas por um órgão julgador, sejam deliberadas no mesmo sentido.

Tomando em consideração o princípio da Insignificância, e, bem como, o princípio da Razoabilidade e Proporcionalidade, para entender que o jurisdicionado não quis desprender-se em prol da educação e saúde, não havendo ilegalidade em realizar no exercício atual os gastos com as receitas provenientes na forma da Lei 12.858/2013.

Diante do exposto e,

Considerando que a abertura de créditos adicionais autorizados pela LOA e por Leis Específicas, encontra-se dentro do limite estabelecido, observando assim o preceituado no inciso V, do art. 167, da Constituição Federal, conforme apontado pelo Corpo Instrutivo desta Douta Corte nas Fls. n.ºs 2175 e 2177 do processo em tela;

Considerando que o gestor adotou as medidas necessárias à preservação do equilíbrio orçamentário no exercício de 2019, já consideradas as alterações orçamentárias efetuadas, cumprindo assim as determinações legais pertinentes (Corpo Instrutivo, fl. 2181);

Considerando que o Município cumpriu todas as Metas Fiscais que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, onde são estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a RECEITAS,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

DESPESAS, RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO, e MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes, consoante o disposto no artigo 4º da Lei complementar Federal 101/00 (Corpo Instrutivo fl. 2192);

Considerando que o Município apresentou um RESULTADO ORÇAMENTÁRIO SUPERAVITÁRIO de R\$ 2.828.618,39, excluindo o RPPS, e de R\$ 2.658.968,09, neste caso incluindo o RPPS (Corpo Instrutivo fl.2193);

Considerando que o município de CANTAGALO apresentou um SUPERAVIT FINANCEIRO de R\$ 5.852.109,44 necessário para o atendimento ao disposto no § 1º, do artigo 1º da LRF, conseguiu reduzir o déficit financeira na ordem de 53,31% em relação ao exercício anterior (Corpo Instrutivo, fl. 2194);

Considerando que o Município respeito os LIMITES DA DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA OU FUNDADA em todos os quadrimestres de 2019, atendendo assim o limite previsto no inciso II do artigo 3º da Resolução n.º 40/01 do Senado Federal - 120% da RCL (Corpo Instrutivo fl. 2205);

Considerando que o Poder Executivo respeitou o limite de GASTO COM PESSOAL estabelecido na alínea “b”, inciso III, artigo 20 da LRF (54%) da Receita Corrente Líquida, nos três quadrimestres de 2019 (Corpo Instrutivo fl. 2207);

Considerando que o percentual relativo aos gastos na manutenção e desenvolvimento do ensino (30,10%) – (fl. 2215) atendeu com folga ao disposto no artigo 212 da Constituição Federal (25%);

Considerando que o Município CUMPRIU o limite estabelecido no artigo 22 da Lei Federal n.º 11.494/07 (60%), tendo aplicado 88,67% dos recursos do FUNDEB no pagamento da remuneração dos profissionais do magistério (fl.2222);



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

Considerando que o Município utilizou neste exercício, 98,45% dos recursos do FUNDEB de 2019, em observância com o §2º do art. 21 da Lei n.º 11.494/07 que estabelece que 95% dos recursos deste Fundo serão utilizados no exercício financeiro em quem lhes forem creditados (fl.2224);

Considerando que o percentual relativo aos gastos, com recursos próprios, referente às ações e serviços de saúde, 28,93% (Pag. 2235), cumpriu com folga o limite estabelecido pela Emenda Constitucional 29/00 c/c o inciso III, artigo 77 do ADCT (15%);

Considerando o atendimento ao artigo 29-A da Constituição Federal pelo Poder Executivo (fl.2240);

Considerando que as Contas da atual Gestão estão constituídas dos respectivos Balanços Gerais do Município e das Demonstrações de Natureza Contábil foram elaboradas em observância as novas estruturas estabelecidas pelas Portarias da secretaria do Tesouro Nacional – STN, e,

Após a elucidação e esclarecimentos das irregularidades 01 e 02 apontadas pelo Douto Corpo Instrutivo desta Egrégia Corte de Contas esperamos **reverter à sugestão contida no parecer para “impropriedades”**, cujas adequações estamos providenciando de forma integral neste exercício.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos da mais alta estima e distinta consideração e requeremos o ACOLHIMENTO das razões apresentadas nesta MANIFESTAÇÃO, com emissão de Parecer Prévio Favorável à Aprovação das Contas de Governo do Município de Cantagalo, exercício 2019.

Cantagalo, 02 de outubro de 2020.

Joaquim Augusto Carvalho de Paula
Prefeito